

Pela ousadia de suas idéias para vencer situações inflacionárias agudas, ou mesmo de hiperinflação, o economista André Lara Resende tornou-se figura polêmica: sua colaboração em qualquer governo é logo interpretada como sinal iminente de choques e medidas não ortodoxas.

Um convite a Lara Resende — ou aos companheiros de estudos heterodoxos, Edmar Bacha e Pêrsio Arida — traz um complicador à mais para o governo: o de administrar as expectativas sobre este ou aquele plano. Assim, como a presença de um do ex-cruzados no governo gera especulação de toda a ordem, o movimento de saída também motiva especulações.

É o que se passa com o anúncio do afastamento de Lara Resende da função de negociador oficial da dívida externa. As primeiras especulações davam conta de que o economista deixava o governo frustrado com a timidez do ajuste fiscal e com a resistência oficial à adoção de medidas mais ousadas para vencer a inércia inflacionária.

O próprio Lara Resende se encarregou de desautorizar parte das especulações, lembrando que 95,11% da renegociação da dívida estão concluídas; com relação ao ajuste fiscal que “as propostas vão ser muito fortes nesta área”; e que sua saída do governo não deve suscitar nenhuma ilação sobre a adoção ou não de suas idéias.

Mas voltou a defender suas idéias para se vencer o círculo vicioso da inflação, que resulta da indexação generalizada de preços e contratos pela inflação passada: “a introdução de uma moeda conversível, ancorada no câmbio, para resolver o problema da inflação brasileira, é inevitável, e terá de ser adotada um dia, quando o momento for propício.” Vale raciocinar a respeito.

O ajuste fiscal é condição básica para qualquer medida mais forte garantir o rompimento com a indexação após quase 30 anos de uso. Criada para recuperar a poupança nacional e o crédito público, e permitir a retomada dos financiamentos de médio e longo prazos à área habitacional, a correção

monetária foi renegada por seu introdutor, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões.

Todos os ministros da Fazenda trataram de adotar redutores do cálculo da correção, para quebrar expectativas inflacionárias e reduzir o custo financeiro do endividamento público. Nos anos 70, Delfim Netto, adotou o multiplicador 0,8 no cálculo da correção monetária para forçar a redução anual de 20% na inflação: Mário Henrique Simonsen inaugurou os expurgos das acidentalidades climáticas e depois adotou um redutor fixo na fórmula de cálculo da correção monetária.

Após reassumir a economia, em 1979, Delfim Netto ousou ainda mais para quebrar as expectativas inflacionárias: prefixou no início de 1980 as correções monetária e cambial em 45%, prevendo uma inflação de 50% (a inflação foi a 110% e houve uma perda real de 50% para os poupadores. Promoveu expurgos referentes a aumentos de preços decorrentes do fim de subsídios.

Com os planos heterodoxos inaugurados pelo Cruzado, a troca dos índices que exprimiam a inflação oficial era o pretexto para a aplicação de pesados redutores à correção monetária. Foi assim com o Plano Bresser (julho de 1987), o Plano Verão (janeiro de 1989) e os planos Collor I (março de 1990) e II (janeiro de 1991).

A ministra Zélia Cardoso de Melo chegou a decretar o fim da indexação por medida provisória, mas não foi possível apagar a memória inflacionária absorvida pela economia de mercado e pelos meandros do mercado financeiro nos últimos 30 anos. Outros planos falharam porque não garantiram o ajuste fiscal prévio.

Com um estoque de US\$ 90 bilhões de ativos financeiros indexados, não se pode desprezar o impacto de declarações sobre mudanças na indexação. Mas a verdade é que, enquanto não se atacar o problema pela base (o déficit fiscal e o efeito colateral da indexação), o país continuará inquieto, sob a ameaça constante da inflação que não se acaba.